


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012652-20.2011.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 30/01/2014 16:57:23 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

AURORA ELAINE TEIXEIRA propõe ação de indenização por danos morais contra **ESTADO DE SÃO PAULO** aduzindo que na data de 15/07/2011 seu veículo foi indevidamente apreendido por ausência de licenciamento. A providência foi indevida porque o veículo estava licenciado. O fato foi comprovado à autoridade policial que, mesmo assim, não liberou o automóvel. Sofreu grandes transtornos. Sob tais fundamentos, pediu a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de 20 salários mínimos.

O réu apresentou contestação (fls. 25/34) sustentando que a apreensão e a não-liberação foram legais, pois embasadas na circunstância de que o veículo não pertencia à autora desde 12/06/2011. Se não bastasse, não houve danos morais indenizáveis.

A autora não apresentou réplica (fls. 38).

O processo foi saneado (fls. 57) determinando-se a expedição de ofício ao Ciretran, que veio aos autos (fls. 65/71).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso, observando-se: a) que no saneamento (fls. 57) foi deferida apenas a prova documental e as partes não recorreram daquela decisão; b) que, instadas as partes a especificar provas, o réu declarou não ter qualquer a produzir (fls. 41) e a autora postulou apenas prova documental (fls. 54/55) que foi produzida (fls. 65/71).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A ação é improcedente pois a autora não comprovou ser titular do eventual direito ao recebimento de indenização.

A apreensão do veículo, conduzido por Jeferson de Jesus Staine, ocorreu em 15/07/2011 (fls. 19), data em que o automóvel não era de propriedade da autora, pois ela o havia vendido para Talita de Oliveira em 12/06/2011 (fls. 36), Talita de Oliveira que, ao final, foi quem logrou a liberação do veículo (fls. 65/71).

Sob tal panorama probatório, não se extrai dos autos que, mesmo ilegal a apreensão, a autora tenha sofrido abalos em razão do fato, já que não conduzia o automóvel nem era sua proprietária.

Tenha-se em mente, por fim, que não houve ilegalidade na recusa de restituição do imóvel (mesmo que indevidamente apreendido) à pessoa da autora, já que, como se viu, ela não era o proprietário do bem.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO a autora em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 11 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA